

OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS	PRAZO DE EXECUÇÃO			ENVOLVIDOS	ARTICULADOR
			26/27	28/31	32/35		
Garantir e incentivar a convivência familiar das/os adolescentes privados de liberdade, bem como de crianças e adolescentes com pais em cumprimento de medida restritiva de liberdade.	Manutenção do funcionamento da central de regulação do estado, garantindo o acolhimento de crianças e adolescentes em casos excepcionais, nos em que os serviços municipais de acolhimento não consigam atender.	Central de regulação de vagas de acolhimento estadual em funcionamento.	X			CEDCA Secretarias de proteção social estadual e municipais Comissão Intergestores Bipartite (CIB) SUAS	CEDC A CMDCA's CEAS
	Garantia de interface entre os municípios de pequeno porte I e II, que possuem serviços de acolhimento familiar para que possam ser assistidos em casos excepcionais nas unidades de acolhimento institucional regionalizadas, quando o serviço municipal não consiga acolher por conta de suas especificidades.	Interface entre os serviços estaduais e municipais de acolhimento familiar e institucional fortalecida	X			CEDCA Secretarias de proteção social estadual e municipais Comissão Intergestores Bipartite (CIB) SUAS	CEDCA CMDCA's CEAS
	Observância ao cumprimento da Lei 13.769/2018 e decisões dos tribunais acerca da execução da prisão domiciliar às mulheres com filhos de até 12 anos, em substituição aos demais regimes de privação de liberdade, especialmente quando se tratar de mães adolescentes no sistema socioeducativo.	Resolução deliberativa acerca do cumprimento da Lei em pauta publicada		X		CEDCA Defensoria Pública e núcleos de defesa jurídico-social Tribunal de Justiça	CEDCA Promotorias da justiça
	Estímulo e garantia do contato das crianças e adolescentes, filhos com genitores que se encontram privados de liberdade, quando não for viável o cumprimento da Lei 13.769/2018.	Resolução deliberativa acerca do cumprimento integral do SINASE publicada		X		CEDCA Defensoria Pública e núcleos de defesa jurídico-social SEAS	CEDCA Promotorias da justiça
	Criação de ações que incentivem e garantam o fortalecimento do vínculo entre genitores e adolescentes submetidos à medida socioeducativa, principalmente, privativa de liberdade, em concordância com o SINASE, inclusive com estratégias efetivas nas situações decorrente de calamidades públicas e pandemias.	Resolução deliberativa acerca do cumprimento integral do SINASE publicada		X		CEDCA Defensoria Pública e núcleos de defesa jurídico-social SEAS	CEDCA Promotorias da justiça
Reordenar, ampliar e fortalecer os serviços de acolhimento institucional e familiar (família acolhedora)	Incidência no cofinanciamento das três esferas públicas para o reordenamento e qualificação dos programas e serviços de acolhimento institucional e familiar nessas esferas.	Órgãos gestores e de controle social nos três níveis mobilizados			X	CONANDA CNAS CEDCA CEAS Comissão Intergestores Bipartite (CIB) SUAS Secretarias de proteção social estadual e municipais	CEDCA CMDCA's
	Realização de estudo de viabilidade para conhecer a realidade atual da necessidade de ampliação e reordenamento dos serviços de acolhimentos regionalizados institucionais para crianças e adolescentes, preferencialmente, em locais próximos à sua família ou comunidade de origem.	Resolução conjunta estadual deliberativa publicada			X	CONANDA CNAS CEDCA CEAS Secretarias de proteção social estadual e municipais Comissão Intergestores Bipartite (CIB) SUAS	CEDCA CMDCA's
	Garantia de instalações físicas dos serviços de acolhimento regionalizados, de acordo com os parâmetros dos dispositivos normativos nacionais e estaduais, com maior semelhança à estrutura de residência, com acessibilidade e adaptações.	Resolução conjunta estadual deliberativa publicada			X	CEDCA CEAS Secretarias de proteção social estadual e municipais Ministério público	CEDCA CMDCA's
	Garantia do cumprimento dos parâmetros para a criação de programas de apadrinhamento de crianças e adolescentes institucionalizados.	Relatório de acompanhamento atualizados	X			CEDCA CEAS Secretarias de proteção social estadual e municipais Ministério público Tribunal de Justiça	CEDCA CMDCA's Ministério público
Formar recursos humanos na temática da convivência familiar e comunitária. Restabelecer e fortalecer a Rede Estadual de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos.	Articulação junto às instituições de ensino superior (IES), Secretaria de Educação Superior (SESU) estadual, e FUNCAP para formação de recursos humanos especializados no atendimento de crianças, adolescentes e famílias, com foco no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.	Proposta de programa de formação com ementa submetidos ao CEDCA			X	CEDCA Órgãos de formação superior e de pós- graduação.	CEDCA
	Criação, implementação de serviços integrados e especializados de busca a crianças e adolescentes desaparecidos, considerando o porte dos municípios e as especificidades locais.	Proposta de serviços submetidos ao CEDCA		X		CEDCA SSPDC	CEDCA
	Incorporação e disseminação de novas tecnologias e procedimentos na busca de crianças e adolescentes desaparecidas, em cumprimento às Leis Lei nº 11.259/2005 (Lei da Busca Imediata) e Lei nº 13.812/2019 (Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas) e Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas) e Lei nº 14.548/2023 (Inclusão imediata nos cadastros nacionais de crianças e pessoas desaparecidas).	Proposta de programas com procedimentos de busca atualizada		X		CEDCA SSPDC Políticas Estaduais	CEDCA
	Garantir a produção e divulgação de material preventivo de orientação às famílias, às crianças, aos adolescentes e a comunidade em geral, incluindo informações sobre o tráfico de crianças e adolescentes acessível.	Proposta de material de divulgação e preventivo submetido ao CEDCA		X		CEDCA SSPDC Políticas Estaduais	CEDCA

EIXO 3 MARCOS NORMATIVOS E REGULATÓRIOS

OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS	PRAZO DE EXECUÇÃO			ENVOLVIDOS	ARTICULADOR
			26/27	28/31	32/35		
Aprimorar os marcos normativos e regulatórios para a efetivação da promoção, defesa garantia e do direito à convivência familiar e comunitária no sistema de garantia de direitos (SGD)	Atualização e implementação efetiva dos parâmetros para programas, ações, serviços de apoio sociofamiliar, de famílias acolhedoras e acolhimento institucional e programas de preparação de adolescentes e jovens para a autonomia no âmbito do SUAS e SGD, nas duas esferas de governo, tendo como parâmetros as diretrizes e objetivos gerais deste plano.	Parâmetros atualizados e implementados.	X			CEDCA CEAS CMDCA's CMAS's -Secretaria da Proteção Social.	CEDCA CEAS CMDCA's CMAS's
	Demanda aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e às gestões municipais para a elaboração dos planos municipais de direito a criança, familiar e comunitária	Resolução recomendativa publicada.	X			CEDCA CMDCA's Secretarias estadual e municipais da Proteção Social.	CEDCA CMDCA's
Subsidiar na regulamentação dos programas e serviços de famílias acolhedoras e da guarda subsidiada na família extensa.	Monitoramento da elaboração e publicação das regulamentações municipais para criação e implementação do serviço de família acolhedora nos municípios.	Relatório de monitoramento disponibilizado.	X			CEDCA Ministério Público Secretarias estadual e municipais da Proteção Social.	CEDCA CMDCA's
	Assessoramento aos municípios para a regulamentação da criação de serviços de famílias acolhedoras nos municípios,	Relatório de monitoramento disponibilizado.	X			CEDCA Ministério Público Secretarias estadual e municipais da Proteção Social.	CEDCA CMDCA's